

“ESTILO TROPICAL”: A NATUREZA COMO PÁTRIA*

ROBERTO VENTURA
(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

“O novo campo da América, cheio de seiva, convida a mais abundante colheita do que o explorado terreno da velha Europa, tão revolvido e esgotado para as novidades.”

(Araripe Jr.)¹

1. TRÓPICO OU NAÇÃO?

Em “Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro”, artigo de 1888, Araripe Jr. define a adaptação do romance naturalista ao Brasil através de uma **teoria da natureza** aplicada à produção literária nacional. Recorrendo à idéia de “tropicalidade”, explica a originalidade da literatura brasileira e de autores naturalistas como Aluísio de Azevedo como resultado do impacto do meio local sobre as formas e modelos importados:

“Emigrando para o Brasil, o naturalismo não podia deixar de passar por uma migração profunda. Zola, neste clima, diante desta natureza, teria de quebrar muitos dos seus aparelhos para adaptar-se ao sentimento do real aqui. (...) O naturalismo, ou se subordina a esse estado de coisas, ou se torna uma planta exótica, - de mera curiosidade. A nova escola, portanto, tem de entrar pelo trópico de Capricórnio, participando de todas as alucinações que existem no fermento do sangue doméstico, de todo o sensualismo que queima os nervos do crioulo.”²

Referindo-se às condições climáticas com as quais se confronta o escritor em países tropicais, observa: “há estilo que resista, há correção que se mantenha? O tropical não pode ser correto. A correção é fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente.” (p.70) Desse modo, a natureza tropical e o clima quente obrigariam o escritor a transformar o “estilo” europeu, abandonando a “correção” e adotando uma escrita repleta de emoção, nervosidade e sensualismo.

Através da noção de “trópico”, Araripe procura resolver uma das principais questões da historiografia literária brasileira e latinoamericana do século XIX,

relativa à existência ou à ausência de um **estilo nacional**, inserindo-se no debate entre os partidários da tese da diferenciação cultural e os adeptos da hipótese da imitação ou reprodução de modelos externos.

Na análise das funções históricas do conceito de estilo, deve-se considerar as questões que surgem quando indivíduos, textos e sociedades são tidos como desprovidos de estilo. Ao conceito de estilo - concebido como os modos distintos de pensamento, escrita e vida no interior da sociedade e da civilização - corresponde, como construção negativa, a noção de "não-estilo", projetada sobre indivíduos, textos e grupos "marginais" a um modelo normativo de sociedades civilizadas. Para esse propósito, abordarei, antes de retomar a noção de "estilo tropical", a reflexão de Montesquieu e Buffon sobre a validade de termos como "estilo" e "civilização" com relação a formas de ação e comunicação realizadas sob condições naturais e climáticas consideradas impróprias ou desfavoráveis à formação ou progresso social.

2. A FILOSOFIA DA ILUSTRAÇÃO FRENTE AO NOVO MUNDO

Em *De l'esprit des lois*, Montesquieu constrói uma teoria geral do clima como chave de explicação para a variedade de costumes e leis, observando que, nos climas quentes, o calor produziria relaxamento das fibras nervosas, levando à apatia, abatimento do espírito e enfraquecimento da coragem. Com isto, seriam a escravidão, a poligamia e o despotismo formas características dos países do **midi**, em que não haveria equilíbrio no caráter dos homens e em suas instituições políticas: "Não é surpreendente que a fraqueza dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres".³ A explicação materialista das diferenças entre os povos leva à afirmação de superioridade da Europa, dotada de "clima temperado", sobre as demais regiões, justificando a manutenção da escravidão e do domínio colonial nas sociedades extra-europeias e transformando as implicações de seu modelo climático em uma das contradições básicas da reflexão antropológica da Ilustração.⁴

Buffon, em *Discours sur le style*, identifica "estilo" a "homem" na definição "le style est l'homme même", freqüentemente citada como expressão de individualidade. Na verdade, o conceito buffoniano de estilo é formulado a um nível antropológico **geral** como atributo da humanidade e em relação a uma teoria de civilização em que "estilo" é tomado como caráter específico das "nações policiadas", obtido através das faculdades de "pensamento", "linguagem" e "razão". Estilo, enquanto arte de boa escrita e pensamento, haveria chegado à perfeição nos séculos ilustrados: "Apenas nos séculos ilustrados é que se escreveu e se falou bem".⁵

Na *Histoire naturelle de l'homme*, Buffon adota a teoria climática de Montesquieu, inserindo o homem em uma estrutura hierárquica, segundo um modelo normativo e eurocêntrico de "climas temperados":

"O clima mais temperado se localiza do 40º ao 50º graus de latitude: é também nessa zona que se encontram os homens mais belos e melhor feitos, (...) é daí que se deve tomar o **modelo** e a **unidade** a que se devem referir todas as outras nuances de cor e de beleza"⁶

Essa área ideal corresponderia à Europa e a partes da Ásia, sendo habitada por "povos policiados", com "vida regrada, doce e tranqüila", e diferindo dos

outros dois tipos climáticos - climas frios e tórridos - tidos como **desvios negativos de um protótipo de natureza** (v.3, p.221). No Novo Mundo, estariam as terras habitadas, situadas em sua maioria na "zona tórrida", sendo a natureza menos ativa do que a do Antigo Mundo. Devido à umidade e ao calor, os animais na América seriam menos numerosos e de menor porte, enquanto o homem se encontraria em estado selvagem, impedido, pela vida dispersa e errante, de vencer os obstáculos naturais e de se aperfeiçoar.

Em relação ao conceito buffoniano de estilo, poder-se-ia perguntar em que medida as populações americanas - vivendo fora dos "climas temperados" e em estado selvagem, ou apenas recentemente policiadas - apresentariam **estilo**. O homem americano, juntamente com o problema histórico representado pelo Peru e México antigos, constitui um "problema epistemológico", que resiste à redução ao modelo climático adotado tanto por Buffon quanto por Montesquieu. O problema representado pelo **homem selvagem** e pela **natureza americana** manifesta-se na forma ambivalente em que são percebidos pelo discurso europeu, que oscila entre a imagem positiva da felicidade natural e inocente dos habitantes de clima próspero e fértil (a "visão do paraíso", segundo S. Buarque de Holanda), e a condenação dos costumes bárbaros de grupos situados no limiar da noção de humanidade.

Com a *Historie naturelle* de Buffon, além das *Recherches philosophiques sur les Américains* (1768) de De Pauw e de *L'Histoire des Deux Indes* (1783) de Raynal, difunde-se, no pensamento europeu, a tese da "inferioridade" do meio americano e da "fraqueza" das suas espécies animais e humanas, constituindo o que A. Gerbi denominou de "la disputa del nuovo mondo".⁷ De modo a explicar a expansão econômica da sociedade européia, a filosofia da Ilustração reverte a visão paradisíaca da América, surgindo um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcado pela **negatividade** e pela ruptura da projeção da imagem do Éden sobre o Novo Mundo.⁸

Com a expansão das viagens de exploração na segunda metade do século XVII e o conseqüente acúmulo de materiais empíricos sobre as formas de vida nos diversos continentes, gera-se uma "crise de crescimento" no interior da história natural, devido às dificuldades de expandir as dimensões dos procedimentos de classificação, de que a polêmica do Novo Mundo - com o problema de integrar a natureza e o homem americanos aos quadros do saber europeu - constitui expressão: concentravam-se os naturalistas em expandir seus conhecimentos, antes de notareem que seu modo de conhecimento não mais bastava para a sistematização do real.⁹

A passagem para a época moderna implica uma nova relação com a história, a partir da desnaturalização da concepção de tempo e da introdução de conceito evolutivo de progresso, levando à **temporalização** das estruturas de conhecimento no século XIX. Rompe-se, com isso, o fixismo do pensamento clássico, em que o tempo não era concebido como princípio de desenvolvimento para os seres vivos em sua organização interna: a indagação buffoniana acerca da "variedade" humana, animal e vegetal entre o Antigo e o Novo Mundo cede lugar à investigação das diferenças **evolutivas** entre os espécimes, resultantes da ação positiva do meio (Lamarck) ou da variação espontânea do caráter (Darwin).¹⁰ A partir da independência política das ex-colônias na América, perdem-se, na Europa, os temas específicos suscitados por Buffon, que deixa de exercer, com o "fim da história natural", influência como cientista, para ser lido como estilista e escritor, o que explica a fama que passa a ter seu **Discours sur le style**.

Com o fim da história natural e a introdução do conceito evolutivo de progresso, realiza-se uma "mutação" na cultura ocidental, em que surge a "era da his-

tória" a que se refere M. Foucault em *Les mots et les choses*.¹¹ Através dessa mutação, produz-se uma "partição dos saberes", nascendo, dos limites do discurso histórico, uma ciência chamada etnologia, voltada para o estudo das sociedades tidas como desprovidas de história e escrita. Dissolve-se a unidade da história - em que coexistiam, até então, história natural, moral e política - por meio da separação entre discurso **histórico** de tipo moderno (tendo como objetivo sociedades históricas) e discurso **etnológico** (voltado para o estudo das sociedades ditas selvagens). Nessa separação entre história e etnologia, os povos "selvagens" são excluídos do território do historiador, condição de formação de uma "ciência geral do homem" e de disciplinas, como a etnologia e antropologia, que examinam as sociedades não-ocidentais. Com o fim da época clássica, realiza-se portanto uma repartição entre sociedades "historificáveis" e "etnografáveis", entre a história do mundo civilizado estendida às suas possessões ultramarinas e a descrição antropológica de sociedades reduzidas, discursivamente, ao estado selvagem e à **ausência** de história e escrita.¹²

3. O VIAJANTE EUROPEU NOS TRÓPICOS

O modelo do "estilo tropical" parte da recuperação da natureza americana enquanto fonte de inspiração de novos conteúdos ou de formas distintas de escrita, o que é facilitado pela ambivalência interna do discurso europeu frente às realidades exóticas. Essa ambivalência manifesta-se no conceito de imaginação formulado por Montesquieu, que confronta, em "Contradictions dans les caractères de certains peuples du Midi", a "fraqueza", "timidez" e "apatia" dos habitantes dos climas quentes à exaltação de suas faculdades imaginativas: "A natureza, que deu a esses povos uma franqueza que os torna tímidos, deu-lhes também uma imaginação tão viva que tudo os impressiona ao excesso".¹³

A idéia de uma exaltação da imaginação e da sensualidade constitui um **topos** da reflexão européia dos países tropicais. Em *De la littérature*, refere-se Mme. de Staël ao "soleil du Midi" que "anime l'imagination", o que explicaria o fato dos contos árabes serem mais variados e fecundos do que os romances de cavalaria.¹⁴

Ferdinand Denis lança as bases da crítica literária brasileira, com o *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826) e *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824), escritos a partir de observações recolhidas em sua estadia no Brasil de 1816 a 1820. Para Denis, a natureza tropical permitiria ao homem retirar-se, através da "solidão absoluta", de uma "sociedade injusta", em que a escravidão se apresentaria com todos os seus males.¹⁵ Desse modo, funciona a natureza como espaço de auto-reflexão, permitindo ao viajante afastar-se da sociedade local, que lhe causa desgosto, recordando seu país de origem: "em meio a esses bosques, sob um céu cuja influência favorável nada parece dever alterar, vê-se com freqüência o Europeu mostrar-se **pesaroso de sua pátria**."¹⁶

Estabelecendo a necessidade de um país livre apresentar literatura independente, Denis propõe a utilização do meio tropical e dos costumes indígenas, como fonte de inspiração poética. Influenciado por Humboldt na visão da América, por Bernardin de Saint-Pierre no fervor pela natureza e por Mme. de Staël na idéia de influência do clima sobre a literatura, incorpora a teoria do excesso de imaginação e da "apatia natural" nos trópicos, no que repete o modelo de Montesquieu: "o clima dos Trópicos convidando à indolência, estimula a meditação".¹⁷ A influência da natureza tropical e dos costumes indígenas sobre a poesia é formulada a nível

meramente temático, comportando seu modelo literário exigências de caráter documental, sem considerar as possíveis influências de ambos os fatores sobre as formas de expressão.¹⁸

J.B. von Spix e C.F.P. von Martius, naturalistas da Real Academia de Ciências de Munique, realizam viagem de exploração ao Brasil de 1817 a 1820, narrada em *Reise in Brasilien* (Viagem pelo Brasil). Junto com F. Denis e F. Wolf - cujo *Le Brésil littéraire* (1863) publica-se em Berlim, com financiamento de D. Pedro II -, Martius é responsável pela introdução, na historiografia literária e social brasileira, de critérios naturalistas de análise dos fatores mesológico e racial, com dissertação apresentada em 1845 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹⁹ Esses critérios serão posteriormente retomados e sistematizados por S. Romero, na *História da literatura brasileira* (1888). Em seu relato de viagem, Spix e Martius descrevem a transposição da linha do equador e a entrada no hemisfério sul, exprimindo o deleite antecipado da observação da natureza:

“Sim, esse momento foi um dos mais solenes e mais sagrados de nossas vidas. Nele se satisfazia a expectativa de nossa mocidade, e nos abandonamos, em júbilo extático, ao gozo antecipado de uma natureza estranha, tão rica e maravilhosa.”²⁰

A contemplação desse meio estranho e maravilhoso leva à recordação da “pátria” européia, enquanto a própria natureza tropical não se converter em “segunda pátria” dos viajantes, que observam a respeito da vegetação do Rio de Janeiro: “No gozo de tais noite encantadoras e pacíficas, lembra-se o europeu recém-chegado, com saudade, da sua pátria até que a rica natureza tropical se vai tornando para ele uma segunda pátria”.²¹

Para o viajante europeu, torna-se o meio tropical, a partir de A. von Humboldt, objeto de enlevo e admiração e, ao mesmo tempo, signo da nostalgia dos padrões europeus de sociedade e cultura, permitindo a este recolher-se espiritualmente, de modo a recordar a pátria, do outro lado do oceano. Essa dupla função da natureza dos trópicos (e do mundo selvagem) leva à **estetização das realidades exóticas**, compensando a desilusão provocada pelo contato direto com a sociedade local. Esse mecanismo de desilusão foi investigado por K.H. Kohl como resultado da tensão entre imagens do mundo selvagem construídas a partir de necessidades utópicas e as tentativas de estabelecer uma visão taxinômica do homem e da natureza, levando à “quebra de encantamento” e à posterior estetização da paisagem, da vegetação e dos habitantes como forma de recuperar a magia inicial.²² Resta saber em que medida o discurso brasileiro a respeito do meio e das raças locais, de que a reflexão de Araripe Jr. constitui exemplo, se emancipará dessa ambivalência intrínseca ao discurso europeu, dividido entre a **idealização** e a **desilusão** na percepção e julgamento dos “tristes trópicos”.

4. EXOTISMO COMO AUTO-REPRESENTAÇÃO

No processo de constituição da consciência nacional nas ex-colônias latino-americanas no século XIX, adquire grande interesse a discussão das teses de Montesquieu, Buffon e De Pauw. W. Krauss e A. Gerbi mencionam a este respeito as *Observaciones sobre el clima de Lima* (1806) de Unánue de Pauro, ou o *Semanario del Nuevo Reino de Nueva Granada*, publicado em Quito pelo naturalista J. Francisco de Caldas a partir de 1808.²³ No Brasil, prolonga-se igualmente o debate, re-

petindo-se as referências à teoria climática de Montesquieu e às concepções de Buffon sobre a natureza americana nos principais textos da historiografia literária do século XIX, como o "Discurso sobre a História da Literatura do Brasil" (1836) de G. de Magalhães, "Da nacionalidade da literatura brasileira" (1843) de S.N. Ribeiro, ou na vasta obra de S. Romero e Araripe Jr.²⁴

Para Magalhães, por exemplo, a possibilidade de existência de uma literatura autônoma relaciona-se diretamente à influência do meio sobre os habitantes de um país, demonstrada, segundo ele, por Buffon e Montesquieu. Pregando a "imitação" da natureza pátria, ao invés da "clássica", pelos poetas brasileiros, invoca o testemunho tido como insuspeito de viajantes estrangeiros, de modo a comprovar as "belezas" da pátria:

"O coração do Brasileiro, não tendo por ora muito de que se enorbeça quanto às produções das humanas fadigas, que só com o tempo se acumulam, enche-se de prazer, e palpita de satisfação, lendo as brilhantes páginas de Langsdorff, Neuwied, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Debret, e de tantos outros viajores, que revelaram à Europa as belezas da nossa pátria."²⁵

Enquanto, para o viajante europeu, a natureza americana representa espaço de auto-reflexão pela possibilidade de subtrair o histórico e o social; o escritor brasileiro formula, a partir dessa mesma natureza, o **projeto histórico** de construção de cultura ("produções das humanas fadigas") de tipo civilizado. Esse projeto legitima-se, no caso de Magalhães, através da referência ao discurso europeu (teoria climática da Ilustração e relatos de viagem) e da fundação de um espaço de **diferença**, em que se estabelece o programa de uma literatura nacional marcado por exigências documentais.

Araripe Jr. realiza um deslocamento da ênfase conteudística para o destaque das formas de escrita - ou do **estilo**. Essa atenção com aspectos formais deve-se à importância que atribui ao conceito de estilo, por ele definido como "resultante, em parte imprevista, do conflito entre o temperamento de cada indivíduo e o mecanismo das formas literárias já criadas por um povo, por um grupo ou por uma escola".²⁶ De modo a caracterizar a literatura brasileira enquanto desenvolvimento de formas peculiares de estilo, e não através da mera tematização dos costumes indígenas ou das paisagens tropicais, Araripe formula a teoria da "obnubilação tropical" em seu estudo sobre o poeta satírico do século XVII, Gregório de Matos. Araripe define a "obnubilação" como processo de diferenciação psicológica, estilística e literária, determinado pelo impacto do meio tropical sobre a mentalidade européia:

"Consiste este fenômeno [a obnubilação] na transformação por que passavam os colonos atravessando o oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. (...) Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos eles se transformavam quase em selvagens."²⁷

Embora constituisse uma queda ou regressão psíquica, em que o colono assumiria características semi-selvagens, representa, para o crítico, a obnubilação uma vantagem do ponto-de-vista evolutivo, tornando possível, através da sua aclimação, a transplantação da civilização européia aos trópicos: "À proporção, pois,

que esses tipos obnubilados se foram condensando, por outro lado também se foi tornando possível a transplantação dos elementos de civilização”.²⁸

Para Araripe, o estilo nacional se origina do compromisso entre características universais e a relativa diferenciação no interior de um modelo de literatura e cultura de origem européia, através da incorporação de elementos específicos, tais como a tropicalidade ou a miscigenação. Apesar da inversão semântica dos modelos climáticos da Ilustração, persistem, na sua reflexão, elementos negativos a respeito da natureza local, enquanto **traço** da origem européia de seus modelos de pensamento, escrevendo a respeito da periculosidade do meio-ambiente tropical para o trabalho intelectual:

“Aqui tudo é efêmero. A própria natureza o está indicando. (...) Não se trabalha impunemente com o cérebro neste terra. Em uma região que é uma conflagração eterna, provocar uma combustão no cérebro é suicidar-se. (...) E só assim explica-se a deficiência, o truncamento de que se ressentem a maior parte de nossos trabalhos literários.”²⁹

Se a relação do discurso europeu com o mundo selvagem e as naturezas exóticas estabelece-se enquanto “dupla experiência” (Kohl), resultante da oscilação entre positividade e negatividade; os intelectuais brasileiros e latino-americanos internalizam essa ambivalência, revelando a sua própria idealização dos padrões europeus de cultura: “Mais felizes do que nós, os habitantes do velho mundo podem aspirar à glória literária sem ao mesmo tempo marcharem para o abismo”.³⁰

A respeito da influência de F. Denis sobre a literatura brasileira, Antonio Candido observa que esta foi responsável pelo “persistente exotismo, que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje, levando-nos a nos encarar como faziam os estrangeiros, propiciando, nas letras, a exploração do pitoresco no sentido europeu, como se estivessemos condenados a exportar produtos tropicais também no terreno da cultura espiritual”.³¹ Produz-se, dessa forma, uma espécie de **auto-exotismo**, em que o intelectual “periférico” percebe a realidade que o circunda como realidade exótica: por um lado, esse auto-exotismo permite um distanciamento em relação aos costumes da própria sociedade, propiciando, em certa medida, a emergência de um “olhar antropológico” auto-reflexivo; por outro, introduz negatividade em sua auto-representação e leva a relação etnocêntrica com as culturas populares de origem africana, indígena ou mista.

5. ENSAÍSMO CULTURAL: A HISTORIOGRAFIA SINCRÉTICA

A teoria da “obnubilação tropical” se mantém na crítica e na história literárias brasileiras, mesmo após o desaparecimento do naturalismo e dos modelos climáticos a ele associados. Afrânio Coutinho, que formula um dos modelos dominantes da história literária do Brasil, adota a periodização estilística de René Welleck, combinando-a, porém, à teoria tropicalista de Araripe, escrevendo na introdução de **A literatura no Brasil**:

“O impacto do novo meio fez dele [do colonizador] um homem novo, e foi muito forte para que essa transformação durasse três séculos. E de um homem novo - um mestiço de sangue ou de cultura - forçosamente surgiria uma nova literatura, como surgiu

também um novo **estilo** de falar a mesma língua da Metr6pole, uma 'fala' diferente."³²

Desse modo, surgiria uma literatura brasileira, com sentimento e consci6ncia nacionais, a partir da "obnubilac6o", respons6vel pelo ajuste dos "estilos est6ticos" ao meio local.³³ "Estilo tropical" constitui conceito **sincr6tico**, que realiza a integra6o de uma designac6o geogr6fica para a natureza ou o meio-ambiente, como "tr6picos", caracteristica de uma rela6o entre "centro" e "periferia", a uma teoria de estilo liter6rio nacional, revelando a possibilidade de constru6o de sociedade e cultura em espa6os "marginais" a um modelo euroc6ntrico de natureza e hist6ria.

A estrutura de argumenta6o dos iniciadores da historiografia liter6ria e das ci6ncias sociais no Brasil pode ser aproximada do processo de **sincretismo religioso** dos cultos afro-brasileiros, investigados por N. Rodrigues e R. Bastide. Nas religi6es afro-brasileiras, d6-se a assimila6o dos santos cat6licos 6s divindades de origem africana, estabelecendo um sistema de equival6ncias de uma regi6o para a outra.³⁴ Assim como os participantes do candombl6, cuja sele6o e ordena6o dos elementos tomados de empr6stimo ao catolicismo est6o subordinadas 6 mem6ria coletiva africana, escolhem os intelectuais brasileiros, dentre as diversas teorias europ6ias, aquelas que possam ser sincretizadas a partir da problem6tica do **nacional**, relacionada 6 constru6o do Estado e 6 afirma6o da identidade de sua camada dirigente.³⁵

A aparente homologia entre as religi6es afro-americanas e os prim6rdios da historiografia e da sociologia brasileiras n6o elimina, por6m, uma diferen6a fundamental entre ambas: nessas religi6es, o catolicismo 6 assimilado, de forma fragment6ria, enquanto elemento ex6tico, 6s matrizes culturais transplantadas da 6frica; na reflex6o hist6rico-social, parte-se de modelos europeus, marcados por ideologia civilizatr6ria, a que se integram, de modo problem6tico, as culturas populares deles divergentes.

Modelos, como o de "estilo tropical" ou de "poesia mesti6a" (S. Romero), s6o representativos dos padr6es espec6ficos de **estilo historiogr6fico**,³⁶ formados na Am6rica Latina a partir do sincretismo de teorias e conceitos europeus deslocados de suas fun6es de origem e atrav6s de uma **escrita** de tipo sincr6tico, cuja principal express6o 6 o ensa6smo cultural. Essas formas de historiografia sincr6tica reduzem os processos sociais e culturais 6 influ6ncia de fatores, tais como "clima", "meio", "natureza", "mesti6agem", e "car6ter", impedindo a constitu6o de um ponto-de-vista **hist6rico-social** e a forma6o de uma teoria do **conflito cultural**.

Produz-se, no Brasil e na Am6rica Latina, na segunda metade do s6culo XIX, um discurso hist6rico, marcado pela interpenetra6o de modelos etnol6gicos e naturalistas e de formas reatualizadas de "hist6ria natural", levando 6 aspira6o a uma "unidade do saber", que exclui formas de especializa6o cient6fica e disciplinar. Orienta-se a historiografia social e liter6ria, pelo menos at6 1930, pelos conceitos de **ra6a** e **natureza**, o que explica a recep6o privilegiada de paradigmas de pensamento, como o positivismo, o evolucionismo e o racismo, que adquirem, at6 prim6rdios do s6culo XX, import6ncia central no pensamento e na pol6tica latino-americanos. A consci6ncia crescente da defasagem pol6tico-econ6mica entre a Am6rica do Norte (ora percebida como aliado, ora enquanto amea6a hegem6nica) e a sua contraparte **latina** leva ao recurso a causas geogr6ficas e raciais, para dar conta do "atraso" da Am6rica do Sul em rela6o 6 Europa e aos Estados Unidos.

Prolonga-se o debate do Novo Mundo na cultura brasileira e latino-americana ao longo do s6culo XIX, na medida em que o "etnografi6vel" e a "alteridade"

não-ocidental constituem não elemento externo, mas parte integrante dessas sociedades. Com isto, a etnografia apresenta um estatuto particular, permeando, juntamente com a reflexão sobre o caráter pitoresco da natureza local, a historiografia literária e social. A separação entre história e etnologia realiza-se somente a partir da década de 1930, com o início da especialização disciplinar no campo das ciências sociais e mesmo assim de forma parcial, já que as discontinuidades culturais se mantêm como elemento intrínseco à sociedade nacional.

A fascinação exercida sobre os intelectuais brasileiros de aspectos da cultura metropolitana, tais como a teoria climática ou os relatos de viajantes, revela, em um imaginário “diálogo” com interlocutores europeus, a identificação, ainda que relativa, com o ponto-de-vista estrangeiro a respeito da sociedade local. O estabelecimento do programa de uma literatura e estilo nacionais corresponde à afirmação da possibilidade de tornar **histórica** a natureza americana, convertendo-a em “pátria” e “nação”, em que se constrói uma sociedade dotada dos padrões europeus de cultura escrita. Nesse sentido, compreende-se o empenho do Imperador D. Pedro II de dotar o Brasil de uma cultura de tipo “moderno”, apoiando enquanto mecenas a geração romântica brasileira e as atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o qual Martius apresenta a dissertação “Como se deve escrever a História do Brasil”, ou financiando a impressão de obras como **Le Brésil Littéraire** (1863) de F. Wolf, da Biblioteca Imperial de Viena.

Na referida dissertação, destaca Martius o processo de “mescla”, “reunião” e “contato” de raças, a partir do qual se teria formado a população brasileira. Partindo dos “princípios da historiografia pragmática”, opina sobre o Brasil que “a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais”, em que o “português” representaria “o mais poderoso e essencial motor”, “raça preponderante”, sobre a qual reagiriam os “indígenas” e “negros importados”.³⁷ Deve, portanto, o historiador do Brasil abordar a ação conjunta dessas raças, juntamente com as “particularidades locais da natureza”, cujas “pinturas encantadoras (...) imprimirão à sua obra um atrativo particular”, que ganharia assim “em interesse para o **leitor europeu**” (p.106, grifo meu). Quanto ao “leitor brasileiro”, cabe ao historiador despertar a sua consciência cívica e nacional:

“Uma obra histórica sobre o Brasil deve (...) ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. (...) Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à pátria deverá escrever como autor Monárquico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra.”³⁸

Revela-se, no programa historiográfico de Martius ou na intervenção cultural de D. Pedro II, a importância política e o papel estratégico da formação da literatura e da história brasileiras, pensadas como emblemas demonstrativos da originalidade e criatividade da civilização tropical e da soberania e autonomia do Estado nacional.

NOTAS

- * O presente artigo foi publicado em **Ideologies & Literature** (Minneapolis), V. 2, 2: 145-158, Fall 1987. Realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
1. Tristão de Alencar Araripe Jr., "Carta sobre a literatura brasileira" (1869), em **Obra crítica**, ed. de Afrânio Coutinho, (Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958), v. 1, p.24.
 2. T.A. Araripe Jr., "Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro", em **Obra crítica, op. cit.**, v. 2, pp.71-72.
 3. Charles-Louis de Montesquieu, **De l'esprit des lois** (1748), Em **Oeuvres complètes**, ed. de Roger Callois (Paris: Gallimard, 1958), v. 2, p.523: "Il ne faut pas être étonné que la lâcheté des peuples des climats chauds les ait presque toujours rendus esclaves, et que le courage des peuples des climats froids les ait maintenus libres."
 4. Karl-Heinz Kohl, **Entzauberter Blick. Das Bild des Guten Wilden und die Erfahrung der Zivilisation** (Visão desencantada. A imagem do bom selvagem e a experiência da civilização) (Berlim: Medusa, 1981), p.117.
 5. Georges-Louis Leclerc de Buffon, **Discours sur le style** (1753), ed. de C.E. Pickford (Univ. of Hull, 1978), p.iv: "Ce n'est dans les siècles éclairés que l'on a bien écrit et parlé".
 6. Id., **Histoire naturelle** (1749-1789), em **Oeuvres choisies** (Paris: Daguin Frères, 1842), v. 3, p.298, grifos meus: "Le climat le plus tempéré est depuis le 40e degré jusqu'au 50e: c'est aussi sous cette zone que se trouvent les hommes les plus beaux et les mieux faits, (...) c'est là qu'on doit prendre le **modèle** ou l'**unité** à laquelle il faut rapporter toutes les autres nuances de couleur et de beauté."
 7. Antonello Gerbi, **La disputa del Nuovo Mondo. Storia di una polemica 1750-1900** (Milano, Napoli: Ricciardi, 1955).
 8. Michèle Duchet, **Anthropologie et Histoire au siècle des Lumières. Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvétius, Diderot** (Paris: Maspéro, 1971), p.207; Sérgio Buarque de Holanda, **Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil** (1959) (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977), p.xxv.
 9. Wolf Lepenies, **Das Ende der Naturgeschichte. Wandel kultureller Selbstverständlichkeiten in den Wissenschaften des 18. und 19. Jahrhunderts** (O fim da história natural. Mudança da autocompreensão cultural nas ciências dos séculos XVIII e XIX) (Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1978), pp.55-62.
 10. Reinhart Koselleck, **Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten** (Futuro pretérito. Sobre a semântica dos tempos históricos) (Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1979); Michel Foucault, **Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines** (Paris: Gallimard, 1966).
 11. M. Foucault, **Les mots et les choses, op. cit.**, pp.378-382.
 12. Michèle Duchet, **Le partage des savoirs. Discours historique, discours ethnologique** (Paris: La Découverte, 1985), pp.18-19.
 13. Charles-Louis de Montesquieu, **De l'esprit des lois, op. cit.** p.478: "La nature, qui a donné à ces peuples une faiblesse qui les rend timides, leur a donné aussi une imagination si vive que tout les frappe à l'excès."
 14. Mme. de Staël, **De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales** (1800), em **Oeuvres complètes** (Paris: Treuttel et Würtz, 1920), v. 4, pp.223-224.

15. Ferdinand Denis, **Scènes de la nature sous les tropiques, et de leur influence sur la poésie** (Paris: Louis Janet, 1824), p.106; Id., **Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil** (Paris: Lacoonte & Durey, 1826).
16. F. Denis, **Scènes de la nature sous les tropiques, op. cit.**, p.55, grifo meu: "au milieu de ces bocages, sous un ciel dont rien ne semble devoir altérer la favorable influence, on ne voit que trop souvent l'Européen regretter sa patrie".
17. Id., *ibid.*, p.3: "Le climat des Tropiques en invitant à l'indolence, engage à la meditation."
18. Antonio Candido, **Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos** (São Paulo/Belo Horizonte: Univ. de São Paulo/Ed. Itatiaia, 1975), v. 2, p.323.
19. Carl Friedrich Philipp von Martius, "Como se deve escrever a História do Brasil" (1845), em **O estado do direito entre os autóctones do Brasil** (São Paulo/Belo Horizonte: Univ. de São Paulo/Ed. Itatiaia, 1982).
20. Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, **Viagem pelo Brasil, 1817-1820** (3. ed., São Paulo/Brasília: Melhoramentos/I.N.L., 1976), v. 1, p.36. Id., **Reise in Brasilien, in den Jahren 1817-1820 (1823-1831)** (Stuttgart: Brockhaus, 1966), v. 1, p.81.
21. Id., **Viagem pelo Brasil**, p.52; Id., **Reise in Brasilien**, p.109.
22. Karl-Heinz Kohl, **Entzauberter Blick, op. cit.**, pp.12, 206-222.
23. Werner Krauss, **Die Aufklaerung in Spanien, Portugal und Latein-Amerika** (A Ilustração em Espanha, Portugal e América Latina) (München, W. Fink, 1973), p.232; Antonello Gerbi, **La disputa del Nuovo Mondo, op. cit.**, p.345.
24. Luiz Costa Lima, "Natureza e História nos trópicos", em **O controle do imaginário** (São Paulo: Brasiliense, 1984).
25. Gonçalves de Magalhães, "Discurso sobre a História da Literatura do Brasil" (1836), em **Caminhos do pensamento crítico**, Afrânio Coutinho, ed. (Rio de Janeiro: Americana, 1974), v. 1, pp.23-24.
26. T.A. Araripe Jr., "Raul Pompéia: O Ateneu e o romance psicológico" (1888), em **Obra crítica, op. cit.**, v. 2, p.127.
27. T.A. Araripe Jr., **Gregório de Matos** (1894), em **Obra crítica, op. cit.**, v. 2, p.407.
28. Id., *ibid.*, pp.478-479.
29. T.A. Araripe Jr., "Sem oriente", em **Obra crítica, op. cit.**, v. 1, pp.261-262.
30. Id., *ibid.*
31. Antonio Candido, **Formação da literatura brasileira, op. cit.**, v. 2, p.324.
32. Afrânio Coutinho, "Introdução geral", em **A literatura no Brasil**, A. Coutinho, ed. (Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968), v. 1, p.28, grifo meu.
33. A. Coutinho, **A tradição afortunada. O espírito de nacionalidade na crítica brasileira** (Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Univ. de São Paulo, 1968), p.163.
34. Nina Rodrigues, **O animismo fetichista dos negros bahianos** (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935); Roger Bastide, **Les religions africaines au Brésil. Vers une sociologie des interpénétrations des civilisations** (Paris: P.U.F., 1960).
35. Renato Ortiz, **Cultura brasileira e identidade nacional** (São Paulo:Brasiliense,1985),pp.32-34.

36. Utilizo o termo com base em Hayden White, **Metahistory. The historical imagination in nineteenth-century Europe** (Baltimore/London: John Hopkins Univ. Press, 1973).
37. C.F.P. v. Martius, "Como se deve escrever a História do Brasil", art. cit., p.87.
38. Id., *ibid.*, pp.106-107, grifo meu.